

VASP - 1933-1983. Os primeiros 50 anos passaram voando

Fantasma do Senado usa bermuda, assina livro de ponto e não trabalha

BRASÍLIA — Pouco antes das 14h, um rapaz, com bermuda branca e camiseta cor-de-rosa, parou o carro no estacionamento da Câmara dos Deputados. Um agente de segurança quis barrar sua entrada no prédio, alegando o traje desapropriado, mas foi advertido por um colega: "Esse é conhecido da Casa". Desenvolto, o jovem atravessou um corredor, subiu escadas, entrou numa sala onde assinou o livro de ponto e refez o caminho de volta tranquilamente. Era um fantasma em ação.

Desde quarta-feira, com a obrigatoriedade de assinatura, quatro vezes ao dia, de um livro de ponto para os funcionários efetivos da Câmara, cenas, como a do fantasma de bermuda, são comuns, apesar de dificilmente flagradas. Enquanto a maioria dos funcionários assina o ponto e trabalha, uma minoria de privilegiados, que conta com a benevolência das chefias, continua sem trabalhar.

"Normal" — "Ponto não faz funcionário trabalhar e sim, o diretor. Ele (o funcionário) pode vir e ler jornal durante todo o dia", disse o diretor geral da Câmara dos Deputados, Adelmar Sabino, responsável pela nova sistemática de frequência. Menos-prezado o fantasma de bermuda, Sabino considerou o caso "normal". Ante a insistência dos jornalistas, afirmou que se descobrisse diretores protegendo fantasmas, os demitiria, apurando a história de cada um depois.

Apesar desta promessa, Sabino não apresentou, o balanço do primeiro dia de obrigatoriedade de ponto na Câmara. Dos quase 4 mil funcionários, 80 faltaram, segundo Sabino, que não quis detalhar de quais departamentos são os faltosos. Mesmo sendo um número pequeno, o diretor geral ponderou que muitos funcionários podem ter faltado por doença. "Precisamos examinar cada caso", disse, explicando que marcou uma reunião com todos os diretores para a próxima quarta-feira, quando tentará fazer um balanço do primeiro dia de obrigatoriedade do cartão de ponto.

Para mostrar que cada caso é um caso, Sabino argumentou que os funcionários lotados nos gabinetes dos líderes ou de membros da Mesa não podem ser tratados como os outros. "Alguns destes funcionários têm de ir a ministérios; de cumprir tarefas externas. Não posso julgar o trabalho desses funcionários", afirmou. Negou-se, no entanto, a considerar que este tipo de privilégio acabava redundando em discriminação. A princípio, atrapalhou-se, dizendo: "Claro que existe (a discriminação)", para depois acrescentar: "São situações diferentes. Não há discriminação".

Senadores — A Mesa Diretora do Senado Federal limitou o uso de carros oficiais pelos senadores. Os carros só poderão ser usados dentro do Distrito Federal para o "desempenho da representação inerente do mandato". Ficam proibidas as viagens com carros do Senado, assim como o uso do carro pelos senadores e seus familiares nos finais de semana.

Os diretores das três subsecretarias e da Secretaria-Geral do Senado não poderão continuar utilizando os carros oficiais. Apenas o diretor-geral do Senado poderá se valer dos Opalas oficiais. Os funcionários do Senado devem usar ônibus. A partir de segunda-feira, os quase 5.200 funcionários do Senado receberão uma folha cadastral para ser preenchida. Além dos funcionários de Brasília, os do Rio de Janeiro também deverão preencher os cadastros para que a Mesa Diretora tenha informações precisas sobre o pessoal da Casa.